

## CONFLITOS PELA TERRA NA FRONTEIRA: O CAMPESINATO COMO FORMA DE RESISTÊNCIA AO CAPITAL INTERNACIONAL

---

*CONFLICTS FOR THE EARTH IN THE BORDER: CAMPESINATO AS FORM OF RESISTANCE TO THE INTERNATIONAL CAPITAL*

Daniel Iberê Alves da Silva<sup>74</sup>

### RESUMO

A luta pela terra na fronteira trinacional, conhecida como Região *Madre de Dios-Acre-Pando* (MAP), se dá de forma direta em contraponto às políticas do Plano de Desenvolvimento Sustentável, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, ao qual se estrutura sobre uma dupla objetivação: primeiro, a internacionalização multifórmica da exploração; segundo, a recriação das formas de acumulação para garantir a manutenção do sistema capitalista. Agindo direta e indiretamente na internacionalização do Estado, que em suma, reflete uma incorporação estrutural do Estado ao capital internacional ou internacionalizado. O termo “Desenvolvimento sustentável”, não é uma construção ingênua, mas parte constitutiva de um projeto macro-político do capitalismo surge como uma construção ideológica, que a rigor, serve para legitimar a apropriação das reservas naturais, bem como a exploração das trabalhadoras e trabalhadores por parte do grande capital mundial, através do estabelecimento de um consenso que “combine” interesses financeiros e “defesa do meio ambiente”. O objetivo é analisar o efeito dessa política e o quanto a retórica do desenvolvimento afeta a Amazônia ocidental em geral e o Acre em particular, bem como, os impactos produzidos sob populações de trabalhadoras e trabalhadores rurais e urbanos, gerando deslocamentos forçados e inúmeros conflitos no intuito de identificarmos a constituição de novas estratégias de luta e enfrentamento pelo uso e posse da terra. Os migrantes, não fogem das secas e sim das cercas e não fogem, são desterrados.

**Palavras chave:** Campesinato, Estado, Desenvolvimento, Movimentos Sociais de Estado.

---

<sup>74</sup> Aluno do Programa de Pós Graduação de Ciências Sociais da UFRN.

Email: daniel.ibere@yahoo.com.br

## ABSTRACT

The fight for the earth in the border trinacional, known as area MAP (Madre de Dios-Acre-Pando), she feels in a direct way in counterpoint to the politics of the *Plan of Maintainable Development, financed by the Interamerican Bank of Development*, to which is structured on a couple objectivation: first, the internationalization several forms of the exploration; as, the recriação in the accumulation ways to guarantee the maintenance of the capitalist system. Acting direct and indirectly in the internationalization of the State, that in short, it reflects a structural incorporation of the State to the international capital or internationalized. The term "maintainable Development", is not a naive construction, but it leaves constituent of a macro-political project of the capitalism, it appears as an ideological construction, that to rigidity, it is to legitimate the appropriation of the nature reserves, as well as the workers' exploration and workers on the part of the great world capital, through the establishment of a consensus that "combines" financial interests and "defense of the environment." The objective of this work is to analyze the effect of that politics and it as the rhetoric of the development affects the Amazonian western in general and Acre in matter, as well as, the impacts produced under workers' populations and rural and urban workers, generating forced displacements and countless conflicts in the intention of we identify the constitution of new fight strategies and collision for the use and ownership of the earth. *The migrants, don't escape from the droughts and yes of the fences and they don't flee, they are banished.*

**KeyWords:** Campesinato, State, Development, Social Movements of State.

## INTRODUÇÃO

*“Los desesperados serán esperados y los perdidos serán encontrados, porque ellos son los que se desesperaron de tanto esperar y los que se perdieron de tanto buscar;*

*Seremos compatriotas y contemporáneos de todos los que tengan voluntad de justicia y voluntad de belleza, hayan nacido donde hayan nacido y hayan vivido cuando hayan vivido, sin que importen ni un poquito las fronteras del mapa o del tiempo;”*

*(Eduardo Galeano Patas Arriba, 1999).*

A história oficial - memória mutilada, de auto-elogios - como um espelho, multiplica as deformações do mundo original. Ao desterritorializar os camponeses<sup>75</sup>, os convida a desaparecer, a lei do mercado os expulsa por superabundância de mão de obra barata, aos numerosos nada, os fora de lugar são “economicamente inviáveis”. Ou por condescendência lhes “dá voz”, a voz dos que não têm voz... *“ellos los obligados al silencio, son los más que más voz tienen. Dicen por lo que hablan, dicen por lo que callan”*, escreveu Galeano<sup>76</sup>.

Desde os acampamentos improvisados nas margens das rodovias, se desprendem rios de gente que através da noite avançam, em silêncio sobre os latifúndios vazios. Rompem o cadeado, abrem a porteira, entram. Às vezes os recebem a balaços os pistoleiros ou os soldados, que são os únicos que trabalham nestas terras não trabalhadas<sup>77</sup>.

---

<sup>75</sup> Nesse plano, a palavra camponês não designa apenas o seu novo nome, mas também o seu lugar social, não apenas no espaço geográfico, no campo em contraposição à povoação ou à cidade, mas na estrutura da sociedade; por isso não é apenas um novo nome, mas a designação de seu destino histórico (MARTINS, 1990 p. 22).

<sup>76</sup> (GALEANO, 1999)

<sup>77</sup> Ibid.

O conflito pela terra e, por conseguinte, a exclusão do camponês, não é apenas uma exclusão política. Entender a história desta exclusão, seus mecanismos econômicos, sociais, políticos, observar a configuração real do sistema, o modo como se articula, constitui um dos nossos principais desafios na compreensão dos conflitos gerados pelo uso e posse da terra.

Para tanto, articulamos nossa pesquisa, em um primeiro momento, na tentativa de compreender a crise do capitalismo como uma luta constantemente renovada, para que assim possamos ter uma idéia mais geral de como funcionou historicamente suas múltiplas estratégias de manutenção das degradantes formas de exploração; em segundo lugar, tentaremos evidenciar a forma subordinada com que o Campesinato foi tratado no Brasil, a partir de interpretações oriundas do “transplante mecânico” da teoria marxista; num terceiro momento, buscamos demonstrar a forma com que a Amazônia vem sendo inserida paulatinamente na lógica do grande Capital Mundial, e como os movimentos sociais sob o viés da legalidade, foram incorporados na manutenção desta mesma lógica sob o pretexto ideológico de uma maior participação da “sociedade civil organizada”.

## **A CRISE DO CAPITALISMO E AS ESTRATÉGIAS DO CAPITAL**

Vivemos há três décadas, sob a sensação de nos encontrarmos no limiar da maior crise até agora conhecida, pelo gênero humano... Não se trata apenas de um sistema econômico que é substituído por outro, até certo ponto já preparado; todos os sistemas, antigos e novos, estão igualmente em crise. E, nessa crise, o que está em jogo é a própria existência do homem sobre a terra. Disse Martim Buber<sup>78</sup> há três décadas, e hoje parecemos reviver seu tempo.

“O subdesenvolvimento é precisamente uma produção da expansão do capitalismo”<sup>79</sup>. O sistema capitalista, essencialmente contraditório e autofágico

---

<sup>78</sup> (BUBER, 1971)

<sup>79</sup> (OLIVEIRA, 2003)

por natureza, busca adequar suas formas de dominação e exploração, sempre que o modo de acumulação atinge seu ápice – é precisamente nesse momento que se aprofundam as contradições e injustiças sociais, impossibilitando seu continuísmo (o modelo entra em crise) – Porém, essa adequação é sempre paliativa e temporária. O resultado da reorganização capitalista é, portanto, a criação dos limites à cerca das suas próprias doenças.

A mundialização da sociedade de consumo foi o recurso estratégico para a saída da crise de 1929. Na tentativa desesperada de soerguer o capitalismo, organizou-se uma nova divisão internacional do trabalho – OIT, onde todos os países do mundo deveriam formar uma rede mundial de fornecimento de materiais estratégicos para suprir as necessidades do sistema em seu centro.

À crise de 1970 articulou-se uma estratégia para descarregar sobre os países mendigos a carga brutal dos efeitos devastadores desta crise, sob a idéia neoliberal da globalização. Acirrando as relações de trocas desiguais através da eliminação das fronteiras remanescentes, uma internacionalização pela competição, via poder econômico, que a rigor seguiram “as teses e as políticas” prescritas no “Consenso de Washington”, tendo dois fatores principais que orientaram essa estratégia: 1) aumentar até o limite do intolerável a exploração do miserável exército de trabalhadores dos países periféricos; 2) aumentar até o grau mais desvairado a retirada de riquezas naturais e a exploração da natureza nesses países em nome da salvação do capitalismo<sup>80</sup>.

A lógica dos “mercados globalizados” ganha destaque, e o papel do Estado seria restringido a intervenções e ações contra o povo por meio da justiça e da polícia, eliminando-o como agente de produção econômica, impedindo-o de possuir empresas.

Nesse contexto, a Amazônia em geral e o Acre em particular, passam a ser não mais uma área extensa e pouco conhecida, mas sobre tudo uma fonte de

recursos a ser pilhados em nome da manutenção do sistema capitalista. “Abandonada a séculos a toda a sorte de “pesquisas” e explorações.

Na nova investida dos potentados do mundo, entram em cena a tríade fomentadora da exploração: o Banco Mundial ( Bird), a Organização mundial do Comercio (OMC) e o Fundo Monetário Internacional (FMI)<sup>81</sup>. O Banco Mundial BID - capaz de traduzir em dólares a vida e a morte - lava sua imagem repetindo a palavra *ecologia*, e em seus planos de “desenvolvimento”, escreve as palavras “respeito às normas ambientais”, a que se julgam tributários. O banco se chama mundial, assim como o fundo monetário se chama internacional, porém, vivem cobram e decidem, em Washington e nos impõem sua política econômica em função do dinheiro que concedem ou prometem (250mil dólares por minuto saem de nossos países cativos para pagar a dívida).

### **O TRANSPLANTE MECÂNICO DA TEORIA MARXISTA, A “ELIMINAÇÃO DAS FRONTEIRAS” E A INTERNACIONALIZAÇÃO DA AMAZÔNIA. A QUEM SERVE?**

“A possibilidade de o campesinato falar sua própria linguagem de classe perturba os esquemas de interpretação, as posições partidárias, a lógica férrea e enferrujada do economicismo desenvolvimentista”<sup>82</sup>.

A história da América Latina é uma história das classes dominantes, é uma história de senhores e generais, e parece não haver espaço para trabalhadores e rebeldes. As grandes corporações entram em nossas terras a passo de conquistadores e se apoderam da América latina a tal ponto que se anuncia o

---

<sup>81</sup> O BIRD é uma das três organizações que mandam no mundo por meio do mercado – as outras duas são o fundo monetário internacional (FMI) e a Organização Mundial do Comércio (OMC); porém, antes de ser um banco, é um órgão da Agência de Segurança Nacional (NSA) dos Estados Unidos. Como órgão da NSA, cumpre o papel simultâneo de avaliador e árbitro da viabilidade das concessões para os países-mendigos dos recursos-esmolos da política externa dos Estados Unidos destinados aos projetos nacionais do subdesenvolvimento que sejam do seu interesse; o BID é uma espécie de filhote latino-americano do BIRD, com tarefas iguais e complementares as dele (MARTINS, 1990).

<sup>82</sup> (MARTINS, 1990 )

progresso dos países subjugados através de suas políticas econômicas de “desenvolvimento”.

De acordo com Martins (1990) A posição doutrinária a respeito da superioridade histórica da classe operária sobre o campesinato seria resultado de um transplante mecânico das teorias marxistas, “baseadas em interpretações produzidas em outras épocas, outros países e outras situações históricas”.

O crescimento da classe operária no campo e na cidade decidiria o *processo histórico*<sup>83</sup> de transformação da sociedade, em detrimento das lutas camponesas interpretadas como *erro histórico*, O camponês não tem futuro, só passado. Participa como se não fosse essencial, como se fosse desnecessário de um lado e alheio de outro, como se não estivesse participando.

Seria, entretanto, pura imbecilidade tentar convencer o camponês que está sendo despejado, cuja casa está sendo queimada pelo jagunço e pela polícia, de que deve aceitar tal fato como uma contingência histórica, como ocorrência que é ruim para eles, mas que é boa para a humanidade (MARTINS, 1990, p.....).

O XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, que definiria a linha da coexistência pacífica - política que o Partido Comunista do Brasil (PCB) já vinha desenvolvendo desde o final de 1953 - este seria o caminho para a revolução antiimperialista e “anti-feudal”, dentro da legalidade.

O papel do campesinato passou para segundo plano, no V Congresso do PCB de 1960<sup>84</sup>, a referência maior é dada para os trabalhadores rurais. A Igreja, de igual forma e sob o pretexto de salvar os camponeses da ameaça comunista, passou a defender a transformação do trabalhador em pequeno proprietário, ampliando o número de pequenos proprietários para salvar a propriedade privada.

---

<sup>83</sup> Este processo é concebido como o desenvolvimento das forças produtivas e das alterações que tal desenvolvimento promove nas relações sociais.

<sup>84</sup> “Certamente, o que marcou e definiu as lutas camponesas dessa época foi a disputa entre as Ligas Camponesas, o PCB e a Igreja pela Hegemonia na organização dos camponeses”. Ibid.

Esta por sua vez foi mais duramente combatida pelas ligas camponesas<sup>85</sup>, que defendiam a inexistência de contradições essenciais entre o latifúndio e a burguesia, como entendia o PCB. Estas concepções iam além do modelo “democrático burguês”, do transplante mecânico destas idéias, pois se reordenaram no sentido de colaboração de classes.

Neste sentido, a transformação social seria efetivada através da estrutura do Estado. Das principais teorias modernas, de interpretação do Estado, – seja ela, de maximização do poder do Estado; seja de minimização, onde o Estado serve apenas para gerir os interesses econômicos, estando esta por sua vez, umbilicalmente ligada à teoria neoliberal; seja uma concepção mais ampliada da noção de Estado, como é o caso da teoria gramsciniana - a contraposição entre estas teorias encobrem um ponto básico de acordo: O paradigma estatal – é o Estado, o veículo ideológico capaz de transformar ou garantir o poder, seja por um processo revolucionário de transformação social, seja na defesa da expansão do capitalismo.

Nosso contra-argumento parte do pressuposto de que: no seu contexto social, o Estado é naturalmente capitalista, não como uma visão instrumental dessa natureza - algo externo, autônomo, fetichizado – mas pelo fato de que o Estado está limitado e condicionado á manutenção do sistema de organização capitalista do qual é parte. Através de relações sociais reguladas de maneira crucial pela forma de organização do trabalho capitalista.

O Estado tende a fortalecer a reprodução das desigualdades sociais no interior de esquemas homogeneizadores, pela forma de controle da vida coletiva e da vida privada exercidas pelo próprio aparato institucional - que em via de regra, utiliza a “mão invisível do poder” como instrumento de coação e de cooptação, das pessoas que se indignam e se rebelam com tais arbitrariedades - através da promoção de programas de “desenvolvimento” e do controle de uso e

---

<sup>85</sup> Movimento que agia em desacordo com o que se convencionou chamar de processo histórico, organizado sem a tutela dos partidos políticos, indo de encontro à política de *frete única*, preconizada pelo PCB e defendida pelo governo de Goulart.



modelamento dos espaços, como é o caso da criação dos Projetos de Assentamentos, dos Pólos Agroflorestais, das florestas Públicas, dos Quintais Florestais, dos conjuntos habitacionais e sua pressão demográfica, onde se predetermina, a função e a produção, o que se pode plantar e o que não se pode, a atividade e o uso. O espaço define o instrumento.

## **O ESTADO, AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO E O REORDENAMENTO DA REGIÃO**

Segundo Milton Santos (1982), o mundo como espaço se torna espaço global do capital. A produção tornou-se autônoma em relação ao consumo. O modo de produção tecnológico eleva-se sobre a égide da ideologia do consumo entre os indivíduos, e a ideologia do crescimento acerca da Nação Estado. Nos países subdesenvolvidos, a ideologia precede o modo de produção, o superestrutural se adianta ao estrutural. Em termos ideais, o “espaço é manipulado” para aprofundar as diferenças de classes em uma monstruosa homogeneização e neutralização homogeneizadora que se impõe sobre o ser humano normal, os “sujeitos da experiência.

“O sujeito da experiência seria algo como uma superfície de sensibilidade na qual aquilo que passa, afeta de algum modo, produz alguns afetos, deixa alguns vestígios, alguns efeitos”<sup>86</sup>.

O Estado despedaça as relações entre os seres ao criar a identidade nacional, ao definir os “cidadãos” e os “não-cidadãos”, os indesejáveis, os subprodutos, os ninguéns. Os seus aspectos mais violentos do processo de identificação, de rotulação, nos delimita, negam nossa subjetividade ativa, nos tornam objeto. É de suas estratégias, pulverizar a atividade do pensamento criativo através da imposição dos rótulos. O processo homogeneizador não silencia as Particularidades, étnicas, nacionais, sociais, sexuais, formadoras da

---

<sup>86</sup> LARROSA, Jorge. Ensaios eróticos-experiências e paixão.

sociedade, particularidades que na fermentação ebulitiva das contradições, se auto- afirmam no interior das lutas, das contestações, são a base sob a qual se elevam as diferenças reais, na forma da restituição das identidades distintas. O poder político tende a naturalizar, segundo sua conveniência, as desigualdades sociais na tentativa de homogeneização, seja na afirmação das particularidades, seja na concepção pluralista. Porém, Dizer ‘somos camponeses’ em uma sociedade que sistematicamente nega a dignidade camponesa é uma maneira de fortalecer a dignidade, de negar a negação da dignidade, de dizer ‘somos camponeses sem terra em um mundo repleto de latifúndios; Afirmarmo-nos agricultores orgânicos no interior do modelo Neoliberal, este sistema artificial, fechado, estático e mecanicista, é desafiá-lo!

O Estado é essencialmente contraditório se faz ausente em sua presença é o provedor das desigualdades, é por ele e através dele que se estabelecem relações de trocas desiguais e cada vez que o julgamos ausente: onde o Estado não Chega, é que ele se nos apresenta em sua forma mais brutal e ameaçadora, ou melhor, chega sem maquiagem, sem fachada, em sua concepção mais pura: manter a ordem através do poder coercitivo, garantir o des-envolvimento, cobrar impostos. De acordo com Proudhon,

[...] Ser governado é ser, a cada operação, a cada transação e a cada movimento, registrado, notado, recenseado, tarifado, carimbado, cotizado, reformado, transformado, corrigido. É, sob o pretexto da utilidade pública e em nome do interesse geral, ser colocado em contribuição, monopolizado, mistificado, pressionado...deportado, condenado, sacrificado...eis o governo, eis a justiça, eis a moral [...] (1986, p.10).

Aí se percebe claramente que, uma vez aceita a existência do Estado, há que se aceitar as categorias hierárquicas, a divisão entre governantes e governados, dirigentes e dirigidos, a distribuição desigual do poder no seio social. Em contrapartida, colocar em questão a divisão do poder no interior da sociedade levaria forçosamente a pensar o Estado como organização da dominação, em um primeiro momento e, em um segundo, como a própria dominação.

A formação de um consenso em torno da idéia de “Desenvolvimento Sustentável” é a principal estratégia de garantia da hegemonia do Bloco do poder. No Acre, atende sobre o nome de governo da “Floresta”. Sob pretexto de incorporar os interesses materiais e simbólicos dos movimentos sociais, o governo toma para si o discurso de “Desenvolvimento Sustentável”, que segue exatamente as orientações do “Plano de Desenvolvimento Sustentável”, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento. Reflete, por tanto, uma incorporação estrutural e não apenas uma subordinação do Estado ao capital internacional ou internacionalizado.

Tem-se pensado no equilíbrio ou na prevalência da sociedade civil no processo de formulação e implementação destas estratégias de desenvolvimento. De acordo com Souza (2007), o “Plano de Desenvolvimento Sustentável” é apresentado sob o pretexto ideológico de: na primeira fase, *“mejorar la calidad de vida de la población y preservar el patrimonio natural del Estado de Acre en largo plazo.”* A segunda fase deste Plano, constituiu num pseudo-fortalecimento dos instrumentos participativos – os aparelhos privados de hegemonia – que a rigor servem para legitimar a estratégia de “desenvolvimento sustentável”, visto que na primeira fase este procedimento foi praticamente inerte. Ganhando força um processo de estatização dos movimentos sociais, via cooptação.

Concordamos que o debate em torno do “Desenvolvimento Sustentável” deveria ser efetivamente plural e representativo de todas as correntes de pensamento existentes na sociedade, mas esse debate deveria ser colocado em um patamar que nem os ditos “representantes dos movimentos sociais” e nem o Estado têm como levar adiante, posto que suas concepções descortinam dois campos de forças que visam a mesma instrumentalização da res pública por grupos que praticam a velha política da subordinação dos interesses coletivos em favor de seus privilégios particulares.

Pois esta participação se dá apenas no âmbito da legitimação de tais políticas, através de uma pseudo-participação, pois os “movimentos sociais” que necessitam ser legitimados pelo Estado e que agem, portanto, sob o viés da

legalidade, têm papel preponderante na garantia do poder do Estado, não agindo como contraponto, mas tornando-se a extensão deste, como mediadores imbuídos da capacidade de anestesiarem a luta contra a exploração, garantindo o domínio político, seja de uma classe, seja de um grupo, restringindo a luta em torno da disputa pelo poder, legitimando a concentração das decisões, a cristalização do domínio, a hierarquia. A “vanguarda aguerrida” os auto-intitulados “representantes” do povo, buscam conduzir-nos para lutas que apontam para o reordenamento, mas não para a superação das relações de poder. Tolhem a luta, obrigam o povo a suportar lealmente as atrocidades do poder. Fazem pouco mais do que reproduzir a opressão contra a qual se dirige a luta.

A armadilha situa-se na dimensão conjuntural e nas maneiras peculiares de instituir as relações de poder, de estabelecer as bases sobre as quais repousam os mecanismos destinados à obtenção do consenso:

Os processos de (re)significação do passado e da memória histórica estão sempre atrelados em maior ou menor intensidade, à dinâmica econômica que dilacera os espaços, subordina poderes políticos, condiciona (quando não direciona) a reformulação de muitas estratégias identitárias. Do reinventar símbolos e identidades nacionais, esvaziam de significado todo o legado da luta pela terra.

O aparente continuísmo das lutas sociais, no Acre e os “sonhos de Chico Mendes” na construção ideológica de “Florestania”, seu processo de (re)significação identitária é o pretexto do grande capital para garantir a estatização dos movimentos sociais - mesmo que esta construção dos mitos e das ideologias estejam erigidas sobre um suporte concreto, encontram-se atrelados aos interesses do bloco do poder. Eis a armadilha

O campesinato não se constitui apenas como uma forma de produção. É sobre tudo, o estabelecimento de um vínculo social, e é sobre esta realidade que se estabelecem as relações de solidariedade. Solidariedade entre camponeses e camponesas e todos aqueles que buscam de igual forma, a saída para esta

imensa convulsão social generalizada a que nos submeteram. É precisamente isto que os donos do poder estão interessados em ocultar ou desfigurar.

Antes que toda uma verdadeira categoria de pensadores tenha chegado a considerar tal organização como possível e até mesmo como desejável, antes mesmo que fosse adotada como bandeira por um movimento que na atualidade constitui um dos mais importantes fatores das modernas lutas sociais. O campesinato já era um elemento de resistência ao processo de expansão do latifúndio, contra a opressão de um Estado injusto e decadente, com suas políticas de “desenvolvimento” voltadas para o Agronegócio ou *Agro Business*, como queiram, com suas monoculturas e seus transgênicos, com seus *destróiers*.

Portanto, não há como pensar o campesinato de modo geral, se não partimos da perspectiva da resistência; resistência a este modelo neoliberal, resistência a este sistema artificial, fechado, estático e mecanicista; Recusamo-nos a deixar de resistir!

Continuamos vivos! Como não nos queriam os donos do poder, sobrevivemos à revelia de suas políticas econômicas, pois aprendemos a juntar nossos sonhos a outros sonhos, nossas mãos a outras mãos, reunimos de cada dor, de cada lágrima caída, forças para lutar, permanecer e resistir.

E, continuaremos, vivos! Até que a história tenha se encarregado de sepultar definitivamente com seu peso, e graças à ação do povo, políticas como esta, não ficando mais que como tristes recordações do que foi e já não voltará a ser.

## REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Perry. **As antinomias de Gramsci**. São Paulo: Jorues, 1986.
- BOITO JR, Armando. **O sindicalismo de Estado no Brasil** – uma análise crítica da estrutura sindical. Campinas SP, Ed. UNICAMP, Hucitec, 1991.
- BORON, Atílio. **Estado, Capitalismo e Democracia na América Latina**. São Paulo, Paz e Terra, 1994.
- BUBER, Martin. **O Socialismo Utópico**. São Paulo, Perspectiva, 1971.
- CHATERJEE, Partha. Comunidade imaginada por quem? VERDERY, Katherine; Para onde vão a “nação” e o “nacionalismo”? In: **BALAKRISHNAN Gopal** (org). **Um Mapa da Questão Nacional**. Rio de Janeiro, Contraponto, 2000.
- COUTINHO, Carlos N. **GRAMSCI, um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro, *Campus*, 1989.
- EVANS, Peter. O Estado como problema e solução. **Lua Nova, Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 28/29, p. 107-156, 1993.
- GALEANO, Eduardo. Úselo y Tirelo, **El mundo del fin del milenio visto desde una ecología latinoamericana**. 5 ed. Buenos Aires, Argentina . Planeta S.A.I.C, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Patás Arriba, la escuela del mundo al revés**. Montevideo, Uruguay. Ediciones del chanchito 3 ed.1999.
- GRAMSCI, Antônio. **Obras Escolhidas**. São Paulo. Martins Fontes, 1978.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**. Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HOLLOWAY, John. **Mudar o mundo sem tomar o poder**. São Paulo, Viamundo, 2003.
- GUIMARÃES JÚNIOR, Isac de Souza. **Mito e Identidade no Discurso da Florestania**: A re-significação da história nas manchetes do jornal Página 20 no ano de 2003. UFAC (monografia de pós graduação Latu Sensu em estudos linguísticos). 2006.
- LEFF, E. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis: Vozes, 2001.

MARIATEGUI, José C. **Por um socialismo Indo-americano**. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 2005.

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. 4 ed. Petrópolis, Vozes, 1990.

OFFE, Claus. **Problemas estruturais do Estado Capitalista**. Rio de Janeiro, tempo Brasileiro, 1984.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco**. São Paulo, Boitempo, 2003.

PAULA, Elder A. **Estado e (Des) Envolvimento Insustentável na Amazônia Ocidental: dos missionários do progresso aos mercadores da natureza**. Rio Branco, EDUFAC, 2005.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, O Poder, O Socialismo**. 2 ed. Rio de Janeiro, Graal, 1985.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1982.

SILVA, S. S. (Org.); Paula, Elder Andrade de (Org.). **Trajetória da Luta camponesa na Amazônia-acreana**. Rio Branco: Editora da Universidade Federal do Acre, 2006.

SOUZA, Israel Pereira Dias de. **“Reformas de Estado” e Discurso Floretânico no governo da “Frente Popular”**: entre a epopéia e a tragédia. UFAC. (Monografia de Graduação em Ciências Sociais). 2005.